REFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR CHINESA: DA REFORMA E ABERTURA À ATUALIDADE

Eixo 6 – Novos modos de regulação e as tendências em construção no campo da produção do conhecimento.

João Luís Lemos de Paula Santos, Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, joao.luis.santos@usp.br
Gladys Beatriz Barreyro, co-autora, Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, gladysb@usp.br

Introdução

Desde o início da reforma e abertura em 1978, a educação esteve entre as preocupações presentes no discurso oficial da liderança do Partido Comunista e do Estado Chinês. Identificando a China como um país pouco desenvolvido na década de 1970, Deng Xiaoping defendia a centralidade da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento e sua relação direta com a educação. Seja pelo aspecto moral, seja pelo desenvolvimento de talentos, a educação cumpriria um papel decisivo na modernização das forças produtivas (Deng, 1995a).

O processo de reforma e abertura significou mudanças profundas na China. Partindo de reformas na agricultura que permitiram a pequena produção mercantil e da abertura ao capital estrangeiro, a China passou a diferenciar-se do modelo de socialismo soviético e aumentou o papel do mercado na alocação e na distribuição de recursos. O Estado desenvolveu um planejamento compatível com o mercado (Jabbour; Gabriele, 2021) com base na soberania monetária e na constituição de um conjunto de grandes empresas estatais (Grandes Conglomerados Empresariais Estatais - GCEE) que competem e conduzem o mercado, coordenadas pela Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado (SASAC, na sigla em inglês).

Concomitante a esse conjunto de transformações econômicas, os diversos níveis de educação também passaram por reformas importantes. No caso da educação superior, é possível citar a retomada do *Gaokao* (Exame Nacional para Ingresso na Educação Superior) em 1977; a instituição de cobrança de mensalidades nas universidades públicas a partir de 1993; os Projetos 211 e 985 durante a década de 1990 e, mais recentemente, a *Double First Class Initiative* que visavam investir em determinadas universidades chinesas com o intuito de elevá-las a um padrão mundial; a fusão de faculdades isoladas em universidades mais abrangentes; o

financiamento para estudantes de menor renda com maior ênfase a partir de 2000; a intensa expansão e a internacionalização da educação superior; e, por fim, o crescente papel da educação superior privada (Schwartzman, 2015; Gao, 2016; Lima *et al*, 2020; Costa; Qiang, 2020).

Dessa forma, considerando a crescente relevância da China na economia e na geopolítica mundial e a singularidade da sua experiência histórica, cabe a pergunta sobre quais são as relações entre as estratégias de desenvolvimento econômico e as políticas educacionais do país. Como problema de pesquisa, este trabalho visa analisar como a educação superior chinesa se relacionou, historicamente, com as estratégias de desenvolvimento econômico da China desde o início da Reforma e Abertura (1978) até a atualidade. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é, a partir de um levantamento bibliográfico e documental preliminar, evidenciar as principais políticas adotadas para a educação superior no período e as concepções que as moldaram.

Metodologia

Este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental e está situado no contexto de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre as relações entre as políticas de educação superior e a estratégia de desenvolvimento econômico da República Popular da China. A análise é realizada por meio de método histórico, de maneira exploratória, com foco nas dinâmicas e contradições da República Popular da China. Nesse sentido, busca-se evitar o que Peck e Zhang (2013) identificam como a busca pela essência da experiência chinesa, enquadrando-a em modelos ideais, por vezes para enaltecê-la e por vezes para condená-la. A ênfase neste trabalho é no movimento histórico e as disputas políticas em torno da educação na China e, particularmente, suas relações com a estratégia econômica do país.

As fontes documentais concentram-se em documentos oficiais, discursos de líderes chineses (Deng Xiaoping e Xi Jinping) e na obra "Understanding Xi Jinping 's Educational Philosophy". Além disso, a bibliografia é analisada com ênfase nos seguintes aspectos da educação superior chinesa: financiamento; internacionalização; e expansão das matrículas.

Discussão dos Dados

O processo de Reforma e Abertura estabelecido após 1978 pode ser entendido, em parte, como resposta ao período da Revolução Cultural (1966-1976). Se na Revolução Cultural

o questionamento à intelectualidade levou à completa paralisação da educação superior no país, os dirigentes políticos do período posterior buscaram enfatizar a importância das universidades e dos intelectuais para o desenvolvimento da China (Deng, 1995b).

Em 1977, a China retoma a realização do *Gaokao*, prova nacional que seleciona estudantes para ingresso nas universidades. Logo no início da década de 1980, inicia um amplo movimento de envio de estudantes chineses para estudar no exterior, notadamente nos Estados Unidos da América (EUA). A recepção de estudantes chineses fez parte da retomada das relações diplomáticas entre os dois países, ocorrida poucos anos antes (Kissinger, 2012).

Lima *et al* (2020) analisam a educação superior a partir de uma periodização em quatro estágios:

> "[...] i) a recuperação e reconstrução da ordem educacional (1978-1984); ii) o início de uma reforma total do sistema educacional (1985-1992); iii) ajuste da política educacional capaz de enfrentar a reforma do sistema econômico de mercado (1993-2002); iv) e o novo desenvolvimento da política educacional sob o comando das perspectivas científicas sobre desenvolvimento (2003- 2009)" (Lima *et al*; 2020; pg. 48).

Ainda segundo os mesmos autores, o período de "reforma total" compreendeu a aprovação da Lei de Educação Compulsória em 1986 (Lima *et al*; 2020; pg. 50). Esta lei estabeleceu a educação obrigatória de nove anos em todo o território do país. A educação obrigatória no nível básico contribuiu para a ampliação da demanda por educação superior nas décadas seguintes.

A partir da década de 1990, a República Popular da China deu início a um conjunto de reformas que impactam diretamente a educação superior. Primeiro, em 1993, passou a permitir a cobrança de anuidades e encerraram o sistema de atribuição de trabalho aos universitários (Gao, 2016). Em sequência, a China iniciou um movimento de investimento direcionado em determinadas universidades para que as mesmas atingissem um padrão de competitividade mundial (Projeto 211, lançado em 1995, e Projeto 985, lançado em 1998). Em 1998, foi aprovada a Lei da Educação Superior que consolidou as reformas realizadas até então. A partir de 1999, segundo Gao Yingshuang (2016), foi iniciada a popularização da educação superior, ampliando substancialmente o número de matrículas e consolidando-se como o país com mais estudantes matriculados na educação superior.

A popularização e a flexibilização das formas de financiamento, com a permissão da cobrança de anuidades, suscitaram novos problemas, como a desigualdade de acesso. Dessa forma, o governo chinês estabeleceu um programa de financiamento estudantil, similar ao existente em outros países (Gao, 2016; Costa e Qiang, 2020; Lima *et al*, 2020). Entretanto, a

desigualdade na educação superior permanece um desafio, especialmente a desigualdade regional.

Após a crise de 2008, a China começa a alterar sua estratégia econômica frente à economia mundial. Principalmente a partir da chegada de Xi Jinping à liderança do Estado e do Partido Comunista da China, ganhou espaço no discurso oficial a ideia de que o desenvolvimento deve ser embasado na ciência e na tecnologia e no mercado interno. É neste contexto que os projetos de estímulo a universidades chamadas de "classe mundial" foram reformulados por meio da *Double First Class Initiative* em 2015. De acordo com Costa e Qiang (2020), a República Popular da China estabeleceu as seguintes metas: desenvolver diversas universidades de classe mundial até 2020; aumentar o número de universidades entre as melhores do mundo até 2030; e tornar-se uma potência na educação superior até 2050.

Contudo, seria errôneo supor que as políticas de educação da China restringem-se às necessidades do desenvolvimento econômico. A República Popular da China confere grande importância ao que denominam educação moral. A educação moral na China possui uma forte ligação com a construção de uma identidade política. Este aspecto tem tamanha relevância que, no livro "Understanding Xi Jinping's Educational Philosophy" (obra de intelectuais chineses que busca sistematizar as ideias de Xi Jinping sobre a educação, com organização liderada por Yang Xiaohui em 2022), os autores chegam a afirmar que o cultivo de valores morais é o principal objetivo da educação.

De todo modo, a competição por talentos está no cerne da política da China para a educação superior. No livro "Understanding Xi Jinping's Educational Philosophy", isto fica explícito no seguinte trecho:

> Competition for talent has become the core in the competition of overall national strength. Whoever can train and attract more talent will gain advantage in this competition. Experience in various countries has shown that the more advanced the modernization drive, the more urgent the need for talent. The more talented people there are, and the more effective roles they play, the faster modernization will proceed. (Yang *et al*., 2022, p. 170).

Portanto, a educação superior joga um papel decisivo na estratégia chinesa de desenvolvimento. Seja para formar pessoas de alto nível, seja para atrair talentos de países estrangeiros, a China entende que não poderá alcançar seus objetivos relacionados ao desenvolvimento econômico baseado na ciência, tecnologia e inovação se não alcançar e

eventualmente ultrapassar os países ocidentais na educação superior[1]. Este processo não é livre de contradições, como a sobrevalorização dos rankings internacionais como parâmetro de qualidade e também a pressão excessiva sobre a comunidade universitária com reflexos na saúde mental de seus integrantes. Fato é que, no discurso oficial do Estado, a República Popular da China faz uma grande aposta no papel das universidades para cultivar talentos e para gerar inovação diretamente em relação ao setor produtivo.

Conclusões

De 1978 até os dias atuais, muitas reformas foram implementadas na educação superior chinesa. Após a paralisia da educação superior durante a Revolução Cultural, o país implementou reformas no sentido da internacionalização da educação superior, projetos de financiamento de universidades visando torná-las de classe mundial e expansão das vagas em universidades administradas pelo Governo Central, pelas províncias/municipalidades ou pelas instituições particulares.

A concepção de educação na China possui um caráter multidimensional. Para o Estado Chinês e para o Partido Comunista da China, a educação cumpre um papel de formar as futuras gerações de construtores do socialismo. Isto passa pela conformação de uma identidade política que tenha abrangência sobre a diversidade do povo chinês e, ao mesmo tempo, cultivar talentos capazes de promover o desenvolvimento econômico. Na educação superior, esta perspectiva leva a China a ter como foco principal das políticas educacionais a busca por maior competitividade no plano internacional, ainda que sob critérios passíveis de crítica.

Referências

ALTBACH, Philip.The past, present, and future of the research university. In:ALTBACH, P.; SALMI, J. (org.). **The road to academic excellence**:the making of world-class research universities. Washington: The World Bank, 2011.p.11-32.

BARREYRO, G.; SANTOS, P.; FERREIRA, F. Rankings acadêmicos internacionais nas mídias de duas universidades de pesquisa brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em:

[1] Conforme argumentam Barreyro *et al* (2021), a ideia de universidades de classe mundial se fortaleceu no século XXI em conjunto com a difusão de rankings acadêmicos. Autores como Salmi (2009) e Altbach (2011) defendem concepções muito semelhantes ao discurso oficial adotado pelo Estado na República Popular da China em relação à educação superior, com ênfase no desenvolvimento de instituições de excelência na pesquisa, competitivas do ponto de vista internacional.

https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4821. Acesso em: 18 maio. 2026.

COSTA, Danilo M.; QIANG, Zha. Chinese higher education: the role of economy and Projects 211/985 for system expansion. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 885-908, out./dez. 2020.

DENG, Xiaoping. Algunas opiniones sobre la ciencia e la educação (1977). *In*: DENG, Xiaoping. **Textos escogidos de Deng Xiaoping**: tomo II (1975-1982). Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1995a.

_____. Respetar el saber y estimar a las personas de talento (1977). *In*: DENG, Xiaoping. **Textos escogidos de Deng Xiaoping**: tomo II (1975-1982). Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1995b.

GAO, Yingshuang. Situação atual e tendência de desenvolvimento do sistema de educação superior da China. *In*: DWYER, Tom *et al.* (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LIMA, M. C. *et al.* Uma análise do ensino superior chinês (1949-2019): políticas, avanços e desafios. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 3, p. 45-66, dez. 2020.

PECK, Jamie; ZHANG, Jun. A variety of capitalism… with Chinese characteristics? **Journal of Economic Geography**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 357-396, 2013.

SALMI, Jamil. **The challenge of establishing World Class Universities**. Washington, DC:The World Bank, 2009. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/909281468339904574/pdf/476100PUB0Univ101Official0Use0Only1.pdf. Acesso em: 18/05/2026.

SCHWARTZMAN, Simon. Demanda e políticas públicas para o ensino superior nos BRICS. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 267-289, maio/ago. 2015.

YANG, Xiaohui *et al.* (org.). **Understanding Xi Jinping's Educational Philosophy**. Beijing: Foreign Languages Press, 2022.